

ENTRE A ESPECIFICIDADE E A TEORIZAÇÃO: A METODOLOGIA DO ESTUDO DE CASO

LEONARDO DA SILVEIRA EV
ALINE BURNI PEREIRA GOMES

RESUMO

O presente artigo aborda a metodologia do estudo de caso como um dos desenhos de pesquisa utilizados nas Ciências Sociais e, mais especificamente, na Ciência Política, capaz de produzir inferências válidas e explicações generalizáveis a uma população mais abrangente. O principal objetivo do artigo é delinear as características e potencialidades que são peculiares ao estudo de caso, ressaltando sua capacidade de produção de inferências causais fortes, de aprofundamento das unidades estudadas e, sobretudo, seu potencial de teorização. A partir da definição de estudos de caso como análises de uma unidade de um fenômeno, mas com pretensões de gerar elementos explicativos acerca de uma categoria de casos mais ampla (Gerring 2004), argumenta-se que eles determinam um modo particular de problematizar o fenômeno estudado, enfatizando as especificidades dos casos e focando em compreender em profundidade as relações entre X e Y através da apreensão de mecanismos causais.

PALAVRAS - CHAVE

Metodologia; desenho de pesquisa; inferências; teorização; estudos de caso.

BETWEEN SPECIFICITY AND THEORY-BUILDING: THE CASE STUDY METHODOLOGY

ABSTRACT

This article discusses the case study methodology as one of the research designs used in the Social Sciences and, more specifically, in Political Science, which is capable of producing valid inferences and explanations generalizable to a broader population. The main objective of this article is to outline the features and capabilities that are peculiar to case study, highlighting its capacity to produce strong causal inferences, deep knowledge of studied units, and especially its potential for theory-building. Departing from the definition of case studies as the analysis of a unit of a phenomenon, but with pretensions to generate explanatory elements about a broader category of cases (Gerring 2004), we argue that they develop a particular way of approaching the investigated phenomenon, emphasizing the case specificities, and focusing on understanding in depth the relationships between X and Y through causal mechanisms.

KEYWORDS

Methodology; research design; inferences; theory-building; case studies.

SOBRE OS AUTORES

LEONARDO DA SILVEIRA EV

Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Contato: leo.se1987@gmail.com.

ALINE BURNI PEREIRA GOMES

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Contato: alineburni@gmail.com.

SUBMETIDO EM

Setembro de 2015.

APROVADO EM

Novembro de 2015.

A metodologia de estudo de caso tem sido debatida na Ciência Política contemporânea e, apesar de ainda não haver uma definição consensual acerca deste desenho de pesquisa (Levy 2008), ele tem se mostrado bastante útil na construção e no avanço do conhecimento dentro da área, seja através de testes de hipóteses, geração de hipóteses alternativas ou teorização. Há várias obras investigativas que implementam uma metodologia de estudo de caso e que se tornaram grandes clássicos da Ciência Política e das Ciências Sociais em geral.

Exemplo dessas obras são o estudo de Graham Allison (1971), intitulado “Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crises”, o estudo de E. P. Thompson (1963), “The Making of the English Working Class”, e também o de Benjamin Reilly (2001), “Democracy in Divided Societies”, focado em pequenas experiências de arranjo eleitoral como Papua Nova Guiné, Sri Lanka, Irlanda do Norte e Fiji. Estes são exemplo de pesquisas focadas em um ou mais casos específicos, mas que se inserem em uma categoria de fenômenos mais abrangente, respectivamente, o processo decisório dos governos, a formação de classe na era moderna e o papel do sistema eleitoral em sociedades etnicamente divididas. Nesse sentido, são estudos de um ou mais casos a partir de uma metodologia de estudo de caso que proporcionam explicações para uma categoria mais ampla de fenômenos e, portanto, possibilitam generalizações e a geração de teorias.

Este artigo busca contribuir para a discussão acerca dos estudos de caso, examinando de maneira mais aprofundada alguns aspectos inerentes a este desenho de pesquisa e ressaltando suas especificidades. Também evidenciaremos as circunstâncias nas quais tal abordagem pode ser mais adequadamente implementada e algumas técnicas úteis para seleção de casos e condução de análises empíricas. Em primeiro lugar, iremos analisar o estudo de caso na lógica da pesquisa científica, como esta metodologia tem sido abordada e quais são as principais críticas direcionadas a ela. Em segundo lugar, apresentaremos uma definição do estudo de caso e suas principais adequações metodológicas, ressaltando que, apesar de focar em uma (ou poucas) unidade(s) de análise, o estudo de caso objetiva encontrar explicações generalizáveis para a população. Em seguida, na quarta seção, iremos apresentar algumas técnicas de seleção de caso conforme discutidas na literatura. Na quinta seção discutiremos os potenciais analíticos dos estudos de caso, ou seja, suas principais vantagens. Em seguida, apresentaremos algumas estratégias de análise e coleta de evidências para esta metodologia, enfatizando a importância da triangulação, ou seja, do uso de distintos métodos de coleta de dados na construção de um aparato de evidências empíricas consistentes. A sétima seção abordará um dos principais problemas enfrentados pelos estudos de caso, de acordo com seus

críticos: o problema da validade externa. Por fim, serão apresentadas as principais conclusões oriundas desta discussão.

2 - ESTUDOS DE CASO E A LÓGICA DA PESQUISA CIENTÍFICA

Conforme brevemente ilustrado acima, estudos de caso correspondem a uma parte considerável da produção científica dentro da Ciência Política nas últimas décadas (Gerring 2004). Esta metodologia tem sido amplamente usada por cientistas sociais desde os anos 1930, mas questionada quanto a sua validade a partir de Stanley e Campbell, em 1966 (Rezende 2011). Os autores alegavam que estudos de casos eram limitados no estabelecimento de relações causais em função do problema de “graus de liberdade”: “(...) com muitas variáveis potencialmente causais (e de controle), mas apenas um único caso ou reduzido número de casos” (Levy 2008: 3, tradução nossa). Mais recentemente, com a emergência de uma nova geração que debate a metodologia qualitativa na Ciência Política, a partir dos anos 1990, o estudo de caso tem sido novamente refletido e defendido como um desenho de investigação confiável para a produção de conhecimento (Rezende 2011). Sua versatilidade e capacidade de aprofundamento de fenômenos são alguns dos aspectos que os tornam importante ferramenta para o conhecimento de eventos políticos em nossas sociedades, permitindo tanto a construção de teorias (*theory building*) quanto seu teste (*theory testing*). Contudo, essa visão não tem sido consensual entre os pesquisadores. Muitos sustentam que o alcance dos estudos de caso é limitado e que, por serem, em grande medida, qualitativos e de “N pequeno”, tais estudos teriam capacidade de produção de inferências e validade externa comprometidos.

Boa parte do desenvolvimento da Ciência Política enquanto campo autônomo do conhecimento esteve orientada por paradigmas quantitativos. Segundo Rezende (2011), os estudos de caso têm sido considerados metodologia de “segunda categoria” no que se refere à capacidade de produção de inferências válidas em função da atual hegemonia de modelos formais e métodos quantitativos para a produção de conhecimento na Ciência Política (Rezende 2011: 299). Tal quadro é fruto da virada *behaviorista* que a área experimentou na segunda metade do século XX, cuja ênfase se voltava para uma abordagem objetiva no estudo dos fenômenos políticos. Desde então, a construção de análises calcadas em testes estatísticos realizados com grande volume de dados e observações, relativas a um grande número de casos, tem se configurado como o modelo ideal. Dessa forma, a orientação empírica da Ciência Política moderna privilegia estudos do tipo *large N*, que possibilitam o uso de um ferramental estatístico robusto, deixando as demais abordagens em segundo plano.

Durante muito tempo tal foi o status atribuído aos estudos de caso. Não é de se estranhar que, em um campo no qual a produção de inferências está fortemente associada a modelos formais que demandam grande número de dados, os estudos baseados em um ou poucos casos ocupem uma “posição polêmica” (*vexed position*), como observa Gerring (2004). Segundo os críticos, a baixa quantidade de observações que tais estudos mobilizam os tornaria menos apropriados para a produção de inferências causais robustas, sobretudo do ponto de vista de sua validade externa, uma vez que o reduzido número de casos dificulta a generalização de suas conclusões.

Contudo, conforme mencionamos acima, no início da década de 1990 ocorreu um novo processo de revalorização dos estudos de caso e estudos comparativos, através da emergência de uma nova metodologia qualitativa (Rezende 2011). Tal fato se deve, em grande parte, à publicação de *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*, por Gary King, Robert Keohane e Sidney Verba, em 1994. A obra advoga, ainda de que forma controversa e a partir de uma lógica muito marcante das abordagens quantitativas, a capacidade de produção de inferências causais também em pesquisas qualitativas e de pequeno N, em moldes similares às suas congêneres quantitativas. Para os autores de *Designing Social Inquiry*, a pesquisa científica, seja ela qualitativa ou quantitativa, deve sempre se atentar para procedimentos e conceitos primordiais para a produção de inferências válidas. Isso pode ser mais facilmente alcançado através da observância de quatro elementos: pergunta de pesquisa, teoria, dados e manipulação. Ainda que reconheçam a importância das análises descritivas, os autores sustentam que o caráter científico dos estudos em Ciência Política (inclusive dos estudos de caso) está em mobilizar teorias que possam ser testadas através de dados observáveis e mensuráveis.

Em relação aos quatro pontos destacados por King et al. (1994) na construção de um desenho de pesquisa adequado e que proporcione uma investigação de qualidade, em primeiro lugar, destaca-se que a meta de uma pesquisa é a construção de inferências válidas. Ou seja, o objetivo de uma investigação científica é inferir descrições ou explicações, independentemente da abordagem ser quantitativa ou qualitativa. Estas tradições correspondem apenas a estilos de abordagem diferentes, sendo que ambas devem preocupar-se com a construção de inferências válidas. O segundo ponto destacado pelos autores é o fato de que os procedimentos devem ser públicos, pois isso possibilita que as limitações do trabalho sejam compreendidas, que comparações sejam realizadas e que o trabalho seja replicado, se desejável. Em terceiro lugar, como as conclusões são incertas, devido ao fato de não sermos capazes de apreender a realidade de forma completa e fidedigna, a inferência deve ser compreendida como um processo imperfeito, que não implica em verdade

absoluta. Por fim, os autores colocam que o conteúdo de um trabalho científico é a metodologia, no sentido de que a estratégia de investigação é determinante para a validade das implicações teóricas do estudo.

O objetivo da pesquisa científica é realizar inferências válidas, o que consiste em estabelecer conclusões de uma parcela da realidade que sejam válidas e capazes de explicar um universo maior e mais complexo, o qual dificilmente é apreensível pelo pesquisador em sua totalidade (King, Keohane e Verba 1994). A ciência possui justamente o objetivo de explicar situações complexas e abrangentes do mundo real a partir de simplificações e sistematizações dessa realidade, de forma a torná-la inteligível. Nesse sentido, a estratégia que o pesquisador utiliza para construir inferências válidas é muito importante para a credibilidade, legitimidade e relevância de seu trabalho e das determinações teóricas que o estudo irá proporcionar.

Nesse sentido, a metodologia consiste nos procedimentos adotados pelo pesquisador no desenvolvimento de um estudo que visa à compreensão de um determinado fenômeno ou objeto. Dito de outra forma, é a estratégia aplicada para se estabelecer inferências válidas, sejam elas inferências descritivas ou explicativas (King, Keohane e Verba 1994). Essa estratégia pode tomar diferentes formatos e aplicar variados métodos de coletas de dados, além de diversas abordagens teóricas. Identificar o caminho mais adequado depende da pergunta de investigação e dos objetivos do pesquisador. A teoria e o conhecimento prévio são imprescindíveis para a formulação de questões de pesquisa relevantes e viáveis, assim como para a identificação da abordagem metodológica mais adequada para a construção de conclusões válidas.

Tanto em abordagens quantitativas quanto em abordagens qualitativas é necessário observar os elementos primordiais para a construção de inferências válidas: validade e confiabilidade. De acordo com Kirk e Miller (1986), validade e confiabilidade são duas dimensões de um mesmo conceito: a objetividade, elemento primordial para a garantia da cientificidade da pesquisa. Nas palavras dos autores: “‘Confiabilidade’ é o grau com que um procedimento de mensuração produz a mesma resposta sempre que é realizado; ‘validade’ refere-se ao grau em que a mensuração fornece a resposta correta, próxima à realidade. Esses conceitos se aplicam igualmente bem para observações qualitativas.” (Kirk e Miller 1986: 17, tradução nossa).

A validade pode ser pensada em dois níveis, tanto no nível da estratégia metodológica como um todo, quanto dos indicadores que possivelmente serão utilizados para refletir um conceito presente na investigação. Nesse sentido, a validade básica refere-se à capacidade de um instrumento de coleta de dados mensurar bem, ou indicar bem um determinado conceito. Ou seja, se um instrumento possui validade, significa que as medidas que ele indica são de fato próximas à

realidade e que o indicador é próximo do conceito que se pretende apreender, próximo da teoria.

Em relação ao desenho de pesquisa, a validade pode ser observada em duas dimensões: interna e externa. A validade interna refere-se à veracidade que aquele desenho de pesquisa apresenta em relação às relações causais observadas (King, Keohane e Verba 1994). Em outras palavras, a validade interna indica a existência ou não de coerência na lógica interna de uma investigação: a estratégia utilizada pelo pesquisador possibilita a construção de inferências válidas? Os dados coletados e a análise realizada, à luz da teoria, permitem que as conclusões enunciadas sejam de fato feitas? Por sua vez, a validade externa refere-se à capacidade de generalização dos resultados de uma determinada pesquisa para outros casos e outras situações. Este conceito indica a generabilidade dos achados de uma pesquisa e sua aplicabilidade para explicar outras unidades de análise e outros contextos.

Outro fator importante na investigação científica é a confiabilidade. Esta se relaciona à capacidade de uma estratégia de pesquisa ser confiável. Quando há confiabilidade em uma pesquisa, significa que há replicabilidade no trabalho, pois os procedimentos replicados produzirão resultados estáveis que se repetem.

A lógica inferencial defendida por King *et al.* (1994) para os estudos qualitativos é análoga àquela aplicada a estudos quantitativos, isto é, a causalidade pode ser apreendida ao se observar os efeitos sistêmicos da variação na variável dependente, resultantes da variação na variável explicativa. Disso decorre que, para uma pesquisa poder produzir inferências ela deve satisfazer dois requisitos, a homogeneidade das unidades e a independência condicional. A primeira demanda que, se os valores das variáveis explicativas se assemelham em duas ou mais observações diferentes, então os valores dessas observações devem se assemelhar na variável dependente. Como veremos mais adiante, isso contraria um dos pressupostos associados aos estudos de caso, que é a equifinalidade. A segunda premissa, independência condicional, indica que as observações escolhidas e os valores atribuídos às variáveis explicativas não são afetados pelos valores assumidos pela variável dependente.

Conquanto a contribuição dos três autores para a sistematização da discussão metodológica tenha tido grande impacto na área, sua recepção também foi marcada por reações contrárias à rigidez de sua visão de causalidade e forte concepção quantitativa da lógica inferencial. Ao advogarem para os estudos qualitativos e do tipo *small N* a mesma lógica inferencial dos estudos quantitativos, King *et al.* (1994) circunscrevem a noção de causalidade a uma perspectiva frequentista, segundo a qual somente uma relação de variância mensurável entre variáveis explicativas e dependentes pode, de fato, ser entendida como uma evidência de causalidade. No entanto, esta não é a única noção de causalidade possível no âmbito das Ciências

Sociais e, ignorar as demais formas de relação entre variáveis explicativas e variáveis independentes, implicaria em reduzir o escopo dos estudos de caso e, por consequência, perder parte significativa de suas possibilidades e potencialidades analíticas.

Esta é a essência das publicações surgidas na esteira de King *et al.* (1994), que se dedicaram a contrapor parte de seus argumentos e evidenciar as razões para tal. Particularmente influente foi a reação dos autores de *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards*, publicado em 2004 por Brady e Collier e que reivindicou para os estudos de caso novas abordagens e metodologias baseadas em lógicas diferentes daquela proposta por King *et al.* (1994). Distinguindo as abordagens empíricas entre *data set observations* e *causal-process observations*, Brady e Collier (2004) sustentam que aquelas pertencentes ao segundo grupo possuem uma lógica que se assemelha ao princípio experimental de causalidade, no qual o controle das variáveis e a atribuição aleatória das observações entre o “tratamento” e “controle” permite identificar relações causais com maior efetividade. Para os autores, além do rigor metodológico, a outra fonte de validade de uma pesquisa é a capacidade de controlar possíveis variáveis explicativas omissas, que é maior em estudos de caso e *small N* do que em estudos quantitativos, do tipo *large N*.

Como visto, os estudos de caso encontram-se no centro de um intenso debate acerca da extensão de sua validade e da sua capacidade de produzir inferências explicativas válidas. Entretanto, sabe-se que há estudos de casos muito influentes na Ciência Política, capazes de produzir relevantes teorias de médio alcance, como a pesquisa empírica de Robert Dahl (1961) sobre poder e representação política em New Haven, Connecticut. A partir de um intenso estudo de uma única cidade norte-americana, Dahl foi capaz de realizar inferências relevantes acerca do funcionamento do arranjo pluralista da política, onde vários grupos de interesse competem na esfera política e o governo desempenha papel de mediador entre esses grupos. A metodologia de estudo de caso deve, portanto, ser compreendida através de uma ótica diferenciada, posto que ela é adequada para compreender lógicas de configuração causal distintas daquelas reveladas por estudos quantitativos, também denominados *data set observations*. Na próxima seção veremos em que consiste o estudo de caso e em quais situações de pesquisa este desenho pode ser mais apropriado e enriquecedor.

O estudo de caso é uma metodologia definida pelo “estudo aprofundado de uma [ou reduzido número de] unidade(s) (fenômeno relativamente delimitado) em que o objetivo do pesquisador é esclarecer características de classe mais ampla de fenômenos similares” (Gerring 2004: 341, tradução nossa). Em outras palavras, no estudo de caso investiga-se intensamente uma (ou poucas) unidade(s) com o propósito de estabelecer explicações generalizáveis a uma categoria mais ampla de casos pertencente à mesma população. Na definição de Gerring (2004: 342, tradução nossa), “uma unidade denota um fenômeno espacialmente delimitado - por exemplo estado-nacional, revolução, partido político, eleição ou pessoa – observado em um único ponto no tempo ou ao longo de um período temporal delimitado”.

Com efeito, a definição do que venha a ser um caso é crucial para a delimitação da abordagem “estudos de caso”. Seguindo Gerring (2004), caso é aquilo que compõe uma unidade, ou seja, um fenômeno preciso circunscrito no tempo e espaço que apresenta várias observações mensuráveis em determinadas características (variáveis). Desta forma, estudo de caso é aquele que se atém a uma única unidade, mesmo que essa seja composta de mais de um caso. O autor propõe uma distinção hierárquica entre níveis de análise - população, amostra, unidades e casos – em que cada nível é um componente do outro. Assim, uma população é composta por amostras, que por sua vez contém unidades, as quais abrigam os casos. Nesta perspectiva, cada nível é definido não por sua natureza, mas por sua relação com os demais níveis, que é fruto do enfoque dado pelo pesquisador.

A unidade pode ou não corresponder a um país, uma região, uma cidade, uma instituição, ou um grupo, entre outros. Um caso pode também corresponder a um fenômeno mais abrangente de investigação, por exemplo: a fome no Brasil. Tudo depende da pergunta de pesquisa, que deve orientar a sua delimitação e a forma como ele será estudado em suas diferentes dimensões. Por esta razão, é muito importante que o pesquisador explicita as justificativas teóricas e metodológicas para a escolha do(s) caso(s) que constituirá(ão) seu estudo.

Nesta perspectiva, o conceito de caso é relativo enquanto substância, isto é, não pode ser definido por ter um conteúdo ou limites universalmente estabelecidos. O caso deve ser entendido como um enquadramento específico do fenômeno ou unidade estudada, na qual se encontram as observações que apresentam variação nas dimensões (variáveis) explicativas.

Portanto, um estudo de caso é, antes de tudo, uma forma particular de desenho de pesquisa focado na análise detalhada das características e das variações apresentadas pelos casos compreendidos dentro do fenômeno estudado. Sua lógica é a de que, a partir do estudo intensivo de um número reduzido de casos, é possível

produzir explicações generalizáveis para o fenômeno de interesse.

Os casos não devem ser estudados de forma isolada do contexto ou do fenômeno mais abrangente que os inclui. A abordagem metodológica de estudo de caso também não implica ausência de comparações. É uma abordagem que se define pela intensidade com se estuda um fenômeno, de forma detalhada, contextualizada e articulada a outros elementos do mesmo nível de análise ou de outros, atentando para fatores de diferentes dimensões e para o contexto, que podem explicar o acontecimento. Ainda de acordo com Gerring (2007: 115, tradução nossa):

O estudo de caso, conforme argumentei, é mais bem definido como um intenso estudo de um único caso com o objetivo de produzir generalizações para uma categoria mais ampla de casos. Decorre desta definição que o estudo de caso pode conter N pequeno ou N grande, métodos quantitativos ou qualitativos, experimentais ou observacionais, sincrônicos ou diacrônicos.

Fenômenos singulares, muito complexos, desviantes ou muito recentes e localizados podem ser estudos a partir da abordagem de estudo de caso, de forma a proporcionar inferências válidas. Neste caso, preocupa-se com o processo, com as circunstâncias, com a combinação de variáveis explicativas e com a sequência dos fatores e acontecimentos que podem constituir conjuntos de causas que explicam o fenômeno de interesse (Ragin 1987). Segundo Rezende (2011), há três razões fundamentais para a validade dos estudos de casos: a equifinalidade dos fenômenos políticos, a análise de processos causais e a produção de explicações centradas em mecanismos causais. Isso porque o estudo de caso permite a apreensão de fenômenos complexos, onde, geralmente, múltiplas causas atuam, o que é comum aos fenômenos políticos. Ademais, nos eventos políticos nem sempre as mesmas causas produzem os mesmos resultados nas mesmas condições observadas (Rezende 2011:316), o que significa que o contexto é altamente importante.

A metodologia quantitativa geralmente é mais adequada na identificação e explicação de grandes tendências e efeitos. Nessa abordagem, as explicações costumam ser de tipo parcial em relação a uma ampla classe de casos, onde poucos fatores causais são compreendidos em relação a muitos casos, ao invés de explicações completas de um ou poucos casos em particular (De Vaus 2001). De acordo com Rezende (2011: 314): “(...) a análise estatística lança mão de explicações que se voltam para entender os ‘efeitos das causas’ (*effects-of-causes*), os efeitos médios para a causação, e empregam as técnicas de análise de regressão para o teste de hipóteses.”

Por outro lado, o estudo de caso pode ser uma abordagem ideal para a compreensão de processos (*causes-of-effects*), nos quais muitas vezes há múltiplas causas para sua compreensão, pois é uma metodologia capaz de identificar padrões

complexos de configurações causais. Essa abordagem proporciona uma maior compreensão do caso em si, pois analisa muitas explicações para compreender um mesmo caso de forma mais abrangente e completa. É uma abordagem metodológica em que poucos casos fornecem muitas observações, de forma que é possível estabelecer alta familiaridade com cada caso (Gerring 2007), apreender o contexto e lidar com problemas analíticos de complexidade causal (Rezende 2011).

Portanto, o estudo de caso é muito mais amplo do que o estudo de um único caso e aplica uma lógica diferente da pesquisa quantitativa (Ragin 1987; Brady e Collier 2004). Muitos pesquisadores identificam equivocadamente o estudo de caso imediatamente com um estilo qualitativo de pesquisa ou confundem a abordagem do estudo de caso com uma pesquisa que possui uma única observação. Entretanto, não se pode confundir estudo de caso com uma observação única, pois o caso não é abordado de maneira isolada nessa metodologia, de forma a desconsiderar as interações com outras unidades da mesma natureza ou a importância de outros níveis de análise, além dos aspectos espaço-temporais determinantes. Um estudo de caso proporciona várias observações e várias dimensões como fonte de dados (Gerring 2007).

Apesar de o estudo de caso ter uma afinidade maior com o estilo de pesquisa qualitativo, estes termos não são intercambiáveis. É incorreto pensar que devido ao fato de uma pesquisa não se basear em valores quantificados, signifique que seja uma pesquisa qualitativa, ou que não seja capaz de produzir conhecimento científico. Por sua vez, o estudo de caso não necessariamente abre mão de métodos quantitativos. A abordagem de estudo de caso pode aplicar métodos de coleta de dados de diferentes naturezas e possibilita a construção de inferências válidas desde que os elementos teóricos e metodológicos sejam devidamente arquitetados, assim como em outras abordagens de pesquisa.

O desenho de pesquisa aqui abordado permite tanto a construção de teoria como também o teste de hipóteses, contribuindo para o conhecimento científico da mesma forma que as abordagens quantitativas, desde que os caminhos percorridos durante a investigação possibilitem inferências válidas. Este tipo de pesquisa também pode proporcionar novos paradigmas em uma área especializada ao identificar situações que contradizem uma determinada teoria amplamente aceita, por exemplo, indicando fatores explicativos omitidos.

De acordo com Brady e Collier (2004), as pesquisas sociais podem ser divididas em dois tipos: *case-oriented* e *variable-oriented*. Cada uma das grandes tendências de investigação possui uma lógica analítica diferente. Por isso, ainda segundo os autores, as pesquisas do tipo *case-oriented* não podem ser aperfeiçoadas com os mesmos *insights* e técnicas da pesquisa *variable-oriented*, pois os aspectos centrais da pesquisa tipo *case-oriented* estão fora do escopo da segunda abordagem.

Os casos de interesse para a abordagem na qual se inclui o estudo de caso são casos compreendidos como singulares, os quais podem ser explicados por significativas e complexas configurações de eventos e estruturas.

Cada uma das grandes tendências de investigação possui uma lógica analítica diferente. Em essência, elas determinam que o pesquisador construa desenhos distintos e articule tipos particulares de perguntas de pesquisa. Um estudo que procure esclarecer, por exemplo, “quais as causas do Golpe Militar de 1964 no Brasil?” centra seu foco sobre os processos histórico-políticos que levaram ao resultado de interesse (neste caso, a ruptura democrática). É uma pergunta bastante adequada a um estudo de caso, pois demanda um tipo de análise que problematize o fenômeno de interesse a partir do caso abordado e procura entender os múltiplos fatores que contribuíram para que ele ocorresse.

Por outro lado, um estudo cuja pergunta central seja, por exemplo, “qual o impacto do crescimento econômico na decisão do voto?” é menos adequado para um estudo de caso. O foco deste tipo de pergunta recai na interação de variáveis entre as quais se pressupõe que exista uma relação causal que possa ser identificada em mais de uma unidade de análise. Tal pressuposto de causalidade independe *a priori* das unidades estudadas, isto é, não se trata de uma informação contida nelas, mas imputada a elas. Os casos não são o ponto de partida da indagação e sim as fontes de observações que darão suporte à análise e responderão a pergunta de pesquisa. Em outras palavras, o centro da pergunta não é o comportamento destas variáveis para explicar os resultados da unidade e sim verificar a relação entre dois fenômenos (crescimento econômico e voto) independentemente das unidades analisadas.

Em suma, definir uma produção científica como sendo um estudo de caso depende essencialmente do propósito a que ela se destina, da forma como a pergunta de pesquisa enquadra o fenômeno estudado e se as observações analisadas se limitam ao estudo aprofundado de uma ou poucas unidades de tal fenômeno, mas com intenções de produzir conhecimento generalizável. Dentro desse espectro uma grande variedade de métodos quantitativos ou qualitativos pode ser empregada, dependendo da análise que se deseja empreender. Diferentemente do que os críticos do estudo de caso sugerem, esta metodologia possibilita e tem o objetivo de realizar inferências e proporcionar explicações generalizáveis (Gerring 2004). Para isso, é muito importante atentar para a seleção do(s) caso(s), conforme discutiremos a seguir.

Diferentemente da abordagem quantitativa, não está entre os principais objetivos da abordagem de estudo de caso estimar o peso relativo de uma variável sobre outra na explicação de um determinado resultado. A abordagem de estudo de caso pretende identificar uma configuração causal ou os mecanismos desencadeadores do fenômeno de interesse. É uma abordagem relevante do ponto de vista de suas implicações teóricas, pois a combinação de causas pode ser ignorada por meio do controle estritamente estatístico ou da aplicação de métodos probabilísticos como o método de Mill (Lieberson 1991).

Ao contrário das pesquisas “*large-N*”, a metodologia de estudo de caso não pode basear-se na aleatoriedade da seleção dos casos, mas na escolha direcionada e justificada dos mesmos. Em outras palavras, a aleatoriedade é importante em análise do tipo estatístico, mas nas análises “*small-N*” deve-se ater a critérios não-aleatórios de seleção dos casos (Levy 2008). Isso porque a seleção aleatória de uma amostra referente a uma população “*large-N*” possui grandes chances de ser representativa, mas o mesmo não acontece no caso de estudos que envolvam poucas unidades de análise. Em estudo de caso, a seleção dos casos com base na aleatoriedade possui grandes chances de produzir uma amostra não representativa da população e isso implicará em seu potencial de generalizar as inferências causais.

Um dos perigos inerentes dessa abordagem é o potencial viés de variáveis omitidas, por isso é necessário consistente consideração teórica que oriente a seleção dos casos, de forma a diminuir esse risco. Segundo Seawright e Gerring (2008), a seleção dos casos é primordial, pois ao escolher o caso também se estabelece uma estratégia mais adequada para compreender aquele caso. A escolha dos casos pode ocorrer com base em diferentes justificativas e a depender dos objetivos da pesquisa, mas as diferentes técnicas de seleção requerem profundo conhecimento e familiaridade em relação aos casos.

Jack Levy (2008) estabelece uma tipologia de seleção de casos baseada nos objetivos teóricos ou descritivos da análise dos casos. Assim, distingue quatro estratégias de seleção de caso com bases nas finalidades do estudo: 1) ideográfica (*idiographic*), em que o objetivo é descrever ou explicar um caso em particular, capaz de induzir ou guiar teorias; 2) estudos de caso geradores de hipóteses (*hypothesis generating case studies*); 3) casos para teste de hipóteses (*hypothesis testing cases*), que combinam as categorias de *theory-confirming* e *theory-informing* de Lijphart (1975 *apud* Levy 2008: 3); e 4) *plausibility probes*, considerados estágios intermediários entre a geração e o teste de hipóteses (Levy 2008:3).

Contudo, em nossa percepção, uma tipologia de seleção de estudos de casos baseada nos objetivos da pesquisa é problemática por três razões. Em primeiro

lugar, casos selecionados podem mudar de categoria à medida que a investigação avança (Seawright e Gerring 2008), sobretudo em se tratando de estudos exploratórios, em que há pouco ou nenhum conhecimento consolidado acerca das unidades de análise e das causas do fenômeno de interesse. Em segundo lugar, uma pesquisa que emprega a metodologia de estudo de caso pode apresentar mais de uma finalidade (Seawright e Gerring 2008), por exemplo, o teste de uma teoria e a geração de novas hipóteses. Em terceiro lugar, uma pesquisa pode inicialmente ser conduzida por determinado objetivo, mas proporcionar outro objetivo ao final de sua condução. Por isso, consideramos mais adequada a tipologia de casos proposta por Seawright e Gerring (2008), baseada em sete técnicas de seleção e considerando dois objetivos a serem atendidos em maior ou menos medida na escolha dos casos: uma amostra representativa e uma variação suficiente nas dimensões de interesse teórico. Além dos critérios teóricos, é possível que a escolha dos casos se baseie em métodos estatísticos, quando a população é suficientemente grande para sua aplicação e quando há dados relevantes em relação às variáveis-chave para todos os componentes da população.

A tipologia de Seawright e Gerring (2008) destaca sete casos com base na forma como eles se relacionam com os demais casos da população: típico (*typical*), diverso (*diverse*), extremo (*extreme*), desviante (*deviant*), influente (*influential*), mais similares (*most similar*) e mais diferentes (*most different*). O caso típico exemplifica uma relação *cross-case* estável, sendo, assim, um caso representativo da população. Em termos estatísticos, são os casos com menor resíduo possível e eles permitem análises confirmatórias de teorias.

O caso diverso, por sua vez, visa atingir a máxima variância ao longo de dimensões relevantes para o estudo. Dessa forma, são selecionados ao menos dois casos que representem uma amplitude de valores que caracteriza X, Y ou a relação entre X e Y, sendo representativos da variação total da população (mas não de sua distribuição). Esse tipo de caso permite tanto estudos exploratórios quanto análises confirmatórias. Por sua vez, o caso extremo é aquele selecionado em função de um valor extremo da variável independente (X) ou dependente (Y). Nesse sentido, o caso extremo está distante da média da distribuição populacional e é um caso atípico. Por exemplo, se em uma população todos os casos são positivos, então o extremo será aquele negativo. O objetivo, neste caso, não é a representatividade da população, mas sim a tentativa de maximizar a variância de uma dimensão de interesse. Sendo assim, é útil, sobretudo, para o estudo exploratório, para identificar possíveis causas de Y ou possíveis efeitos de X.

O caso desviante, segundo Seawright e Gerring (2008), é selecionado em função de um valor surpreendente, tendo como referência um caso típico (seja de acordo com uma teoria específica ou com o senso comum). Enquanto casos

extremos são definidos em relação à média de uma única dimensão, o caso desviante é identificado por um modelo geral de relações causais. É um caso que se distancia muito da previsão do modelo (*outlier*). Ele permite tanto estudos exploratórios quanto estudos confirmatórios de teorias existentes.

O caso influente é o único que não visa nenhum tipo de representatividade em relação à população. Este caso é selecionado quando se acredita que o modelo explicativo (*cross-case*) pode sofrer variações consideráveis se ele não for objeto do estudo, pois é um caso capaz de influenciar os resultados da amostra. Casos influentes o são vis-à-vis a teoria *cross-case* mais ampla e seu estudo visa a confirmação de teorias.

Em uma investigação baseada em casos mais similares é necessário incluir ao menos dois casos, cuja semelhança é mantida em todas as variáveis independentes mensuradas, exceto na variável independente de interesse. Já no método de casos mais diferentes estes apresentam apenas uma variável independente que co-varia com a variável dependente. As demais variáveis independentes plausíveis de explicarem os fenômenos apresentam valores diferentes. Ambos os últimos métodos de seleção possibilitam tanto estudos exploratórios quanto confirmatórios.

Por fim, é relevante ressaltar que alguns estudos de caso utilizam apenas uma estratégia de seleção de caso, mas muitos implementam estratégias mistas ou combinam estratégias diferentes em uma mesma análise (Seawright e Gerring 2008). Levando em conta que um estudo de caso visa a inferência de elementos descritivos e/ou explicativos capazes de serem aplicados a uma categoria mais ampla de fenômenos, é extremamente importante evidenciar os critérios teóricos, metodológicos e analíticos que motivaram a escolha do(s) caso(s).

5 - OS POTENCIAIS ANALÍTICOS DOS ESTUDOS DE CASO

Ao mapear a recente produção teórica acerca da validade dos estudos de caso, Rezende (2011) indica a existência de quatro dimensões temáticas em torno das quais o debate tem se organizado. Essas dimensões se relacionam às principais críticas dirigidas aos estudos de caso. A primeira diz respeito ao questionamento da validade do caso (ou dos casos) enquanto alternativa plausível para a construção de inferências causais. A segunda trata da questão dos vieses de seleção e dos problemas que eles podem trazer para a generalização das inferências realizadas. A terceira se articula em torno das tipologias que fundamentam os desenhos de pesquisa, isto é, da definição dos desenhos e metodologias mais adequados a este tipo de pesquisa. Por último, há a discussão acerca da construção e operacionalização destes desenhos de pesquisa.

As duas primeiras dimensões expressam o cerne das críticas mais contundentes feitas aos estudos de caso e a resposta que a literatura especializada tem fornecido se relaciona diretamente com a definição de caso. Como visto anteriormente, um caso se define por se tratar de um fenômeno que pode ser delimitado diacrônica ou sincronicamente pelo pesquisador para efeitos de seu estudo. Tal delimitação é central para a validade interna da pesquisa, isto é para que as inferências produzidas por ele sejam teoricamente coerentes e sustentáveis e empiricamente verificáveis ou testáveis.

A propósito da constituição de casos, Ragin (2004) afirma que muitos estudos de caso partem do princípio de que fenômenos sociais ocorridos em unidades de análise semelhantes (organizações, cidades, estados, países, etc.) tendem a partilhar características comuns. Certamente o grau de proximidade e semelhança dos casos depende muito da forma como o pesquisador formula seu problema de pesquisa e enquadra os casos que deseja estudar. Isso o coloca diante do importante e delicado problema do *trade-off* entre alargar a definição (ampliando casos, mas perdendo homogeneidade e profundidade da análise), ou limitar a definição (excluindo casos, ganhando em profundidade de análise, mas perdendo em termos de abrangência do estudo). Gerring (2009) também segue a mesma linha de raciocínio ao defender que é a forma como o pesquisador operacionaliza conceitualmente os casos o que define os aspectos cruciais de validação de um estudo de caso:

Casos devem ser semelhantes entre si em todos os aspectos que podem afetar a relação causal que o pesquisador está investigando, ou essas diferenças devem ser controladas. Heterogeneidade não-controlada significa que os casos são “maçãs e laranjas”; não se pode aprender nada sobre o processo causal subjacente comparando suas histórias. (Gerring 2009: 132-133, tradução nossa)

Conforme discutimos anteriormente, estudos de caso operam em uma perspectiva muito diferente daquela dos estudos quantitativos, que adotam a lógica frequentista e os requisitos típicos de modelos formais. Assim, os primeiros não podem ser julgados segundo os parâmetros dos últimos. Nessa mesma linha, Mahoney (2010) problematiza as afirmações de King *et al.* (1994) e argumenta que:

Experimentos e técnicas orientadas para a regressão - os modelos desenhados por KKV - empregam a abordagem de efeitos de causas; eles são concebidas para estimar os efeitos médios das variáveis independentes. Mas estudos de caso qualitativos muitas vezes adotam uma abordagem de causas de efeitos; eles objetivam explicar por que os casos têm certos resultados. Metodólogos estatísticos em ciência política que reconhecem a diferença que reivindicam abordagens baseadas em um modelo experimental não são concebidos nem adequados para o último tipo de análise causal. Mas, porque KKV concentra inteiramente no primeiro [tipo de cau-

salidade], eles acabam deixando de fora toda uma tradição de análise causal - isto é, a tradição de “causas de efeitos” associada à análise qualitativa interna (Mahoney 2010: 107, tradução nossa).

As críticas relativas aos problemas de validade dos estudos de caso, correspondentes às duas primeiras dimensões apresentadas por Rezende (2011), são, em boa medida, superadas pela forma como o pesquisador escolhe e operacionaliza tanto teórica como empiricamente os casos. No que se refere ao questionamento do potencial de inferência que um ou poucos casos podem apresentar, a resposta se encontra no maior nível de profundidade dos estudos de caso em relação a seus congêneres quantitativos “*large-N*”.

Estudos de caso, como afirma Gerring (2009), permitem estabelecer melhor os mecanismos causais dos fenômenos estudados, de forma a aumentar o grau de certeza dos vínculos entre variáveis independentes e dependentes, além de fornecerem uma visão mais detalhada de como as primeiras influenciam as últimas. Ao invés de se concentrarem nas diferenças e na correlação de variação entre as variáveis dependentes e explicativas (*effects of causes*), estudos de caso, como apresentado por Mahoney (2010), procuram investigar quais as condições, variáveis explicativas, são necessárias para produzir certos efeitos nas variáveis dependentes e como se dá essa relação causal (*causes of effects*). No que tange aos questionamentos acerca dos possíveis vieses na seleção de casos, um grande calcanhar de Aquiles de muitos estudos de caso, a resposta se encontra tanto na forma como o(s) caso(s) é (são) operacionalizado(s), ou seja, em como o pesquisador os define e sob qual perspectiva analítica os enquadra, como dos objetivos da pesquisa. Portanto, a clareza do problema e das perguntas a serem respondidas define uma boa escolha, pois é com base nisso que o pesquisador determina se utilizará casos homogêneos, heterogêneos, típicos, singulares, cruciais ou desviantes.

As dimensões três e quatro enumeradas por Rezende (2011) dizem respeito à definição metodológica no sentido mais operacional do termo. Isto é, de como deve ser feito o desenho de uma pesquisa, dados os seus objetivos iniciais. A literatura sobre estudos de caso enfatiza que eles podem ser utilizados tanto para explorar quanto para explicar fenômenos. No primeiro caso, pesquisa descritiva, o desenho de pesquisa deve se articular de maneira a privilegiar aspectos de interpretação de significados, compreensão de contextos, descrição densa dos casos analisados e das variáveis utilizadas, levando em conta aspectos como a reflexividade da ação social, a homogeneidade/heterogeneidade dos casos analisados. Tendencialmente se trabalha com um menor número de casos e utilizam-se predominantemente métodos de análise qualitativos. No segundo caso, pesquisa de caráter explicativo, a ênfase recai sobre a produção de inferências causais e no teste de hipóteses. O

caráter comparativo é mais fortemente pronunciado e, portanto, a pesquisa tende a trabalhar com um N maior em relação às pesquisas descritivas. Além disso, é mais comum o uso de métodos tanto qualitativos quanto quantitativos para a análise dos dados.

Devido a essa dualidade, os estudos de caso são úteis tanto para analisar novos objetos e contribuir para a formulação de hipóteses iniciais acerca de fenômenos ainda pouco explorados pela Ciência Política, quanto para testar teorias e formular novas hipóteses para temas onde já há conhecimento acumulado. Deve-se ressaltar que as recomendações feitas para as duas primeiras dimensões citadas por Rezende (2011) se aplicam também a ambos os tipos de estudo (exploratório e explicativo) e que consistem uma etapa anterior e necessária em todo estudo de caso. Ou seja, independentemente do desenho de pesquisa e da finalidade dela, o que garante a consistência e a validade interna do projeto é a boa delimitação dos casos estudados e a justificção de sua escolha.

Se a validade interna não é usualmente um grande problema para os estudos de caso, o mesmo não se pode dizer em relação à validade externa, ou seja, a capacidade que eles têm de produzir inferências que sejam válidas e confirmáveis para além dos casos tratados. Esta é a grande crítica feita a esta abordagem de pesquisa e deriva também da transposição dos critérios de replicabilidade, típicos da lógica quantitativa. No entanto, o desenvolvimento que a área de estudos de caso experimentou nos últimos anos, com o surgimento e aperfeiçoamento de diversos métodos de análise qualitativos, tem permitido a alguns autores produzirem estudos cujas análises podem ser válidas em outros contextos.

Rezende (2011) argumenta que um dos motivos que reforçam a capacidade de generalização dos estudos de caso é a equifinalidade dos fenômenos políticos, cujas complexidades e multiplicidades das causas podem ser apreendidas pelos estudos de caso. Os fenômenos estudados pela Ciência Política são tipicamente complexos e, portanto, são quase sempre multicausais, de forma que nem sempre os resultados observados nas variáveis dependentes são fruto das mesmas causas em todos os contextos, conforme já mencionado. O que muitos estudos de caso demonstram, ao realizarem análises mais detalhadas e com maior nível de aprofundamento, é que muitas vezes causas diferentes podem produzir efeitos iguais em diferentes contextos. Este é um refinamento analítico que muitas vezes pode escapar às metodologias quantitativas, que partem do pressuposto da independência das observações e dos casos estudados em relação ao contexto¹. Em outras palavras, os estudos de caso não incluem em sua lógica o pressuposto *ceteris paribus*, pelo contrário, eles compreendem também os fatores conjunturais e particulares dos

1 Ou de que as variáveis de contexto encontram-se controladas no modelo.

casos na análise, fornecendo, assim, uma melhor compreensão dos mecanismos causais envolvidos.

Justamente por produzirem uma análise profunda e com maior controle sobre variáveis de contexto, os estudos de caso logram estabelecer relações fortes de causalidade, pois permitem ao pesquisador operar em uma lógica quase experimental, na qual a mensuração dos efeitos das variáveis explicativas sob a variável dependente é mais precisa e pode-se inferir causalidade com menores chances de erro.

A esse respeito, é útil retomar a comparação dos estudos de caso com os estudos do tipo *large-N* quantitativos. Quando um pesquisador realiza uma análise com um grande número de casos e, portanto, em mais de uma unidade, há uma série de pressupostos que ele deve considerar sobre a relação causal entre as variáveis explicativas e a variável dependente que não são dedutíveis a partir da análise dos dados em si. Uma análise de regressão, por exemplo, revela a intensidade e a direção (positiva ou negativa) com que a variação de uma determinada variável afeta a mudança em outra (covariação), mas não demonstra uma relação causal. Esta se encontra implícita nos pressupostos teóricos dos quais o pesquisador se vale para realizar sua análise. Entretanto, apenas o referencial teórico não impede erros quanto à identificação de causalidades e mesmo o uso de controles estatísticos não elimina totalmente a possibilidade de correlações espúrias ou a existência de variáveis omissas no modelo.

Desenhos de estudo de caso, por sua vez, focam melhor nos mecanismos causais que se encontram por trás dos fenômenos abordados e que foram cruciais para sua ocorrência. A imersão nos detalhes do fenômeno analisado permite ao pesquisador estabelecer com clareza os processos que vinculam fatores causais a seus efeitos, determinando a forma como estes últimos são produzidos. Portanto, podem identificar com maior grau de certeza a existência de relações de causalidade entre as observações efetuadas.

Conforme afirma Rezende (2011), estudos de caso tipicamente adotam uma lógica bayesiana e explicações por mecanismos causais para acessar e analisar os fenômenos de interesse. Tais abordagens seguem a lógica do teorema de Bayes, de acordo com o qual a probabilidade de ocorrência de um determinado evento pode ser estimada sempre com menor grau de incerteza à medida que as condições para sua ocorrência se confirmem ou não. Em outras palavras, os estudos de caso estimam efeitos causais ao identificar a existência de fatores (operacionalizados em variáveis independentes) cuja ocorrência contribui para que o evento de interesse (operacionalizado na variável dependente) também ocorra. O foco da análise reside, portanto, na identificação e comprovação destas relações de causalidade entre os dois elementos.

Nesta perspectiva, eles se adequam melhor a perguntas de pesquisa que busquem esclarecer *como* ou *porque* o fenômeno de interesse ocorreu (Yin 2001). Ao adotarem um enfoque em processos causais, estudos de caso são mais eficientes em descrever e mensurar os nexos causais envolvidos nos fenômenos abordados pelas Ciências Sociais. Por conseguinte, logram estabelecer cadeias complexas de causalidade cuja assertividade (*leverage*) potencial é bastante alta, o que significa que o grau de certeza em relação às inferências realizadas e ao alcance das relações causais produzidas é elevado. O exemplo dado por Yin (2001), comparando a abordagem de estudos de caso com a abordagem quantitativa, ilustra este potencial dos estudos de caso:

Pode-se explicar “como” e “por que” Bill Clinton foi eleito presidente dos Estados Unidos em 1992 através de um levantamento ou de um estudo de caso. O levantamento poderia examinar os padrões de votação, mostrando que a grande maioria dos votos dada a Ross Perot veio de partidários do então presidente George Bush, e isso poderia responder satisfatoriamente às questões como e por que. Por outro lado, o estudo de caso poderia examinar como Bill Clinton conduziu sua campanha a fim de alcançar a indicação necessária para se candidatar e manipular a opinião pública a seu favor. O estudo daria conta do papel potencialmente proveitoso da fraca economia americana no início da década de 90 ao negar o apoio à chapa Bush-Quayle como candidatos. Essa abordagem também seria uma maneira aceitável de responder às questões “como” e “por que”, mas seria diferente do estudo realizado a partir de um levantamento (Yin 2001:26).

No exemplo reportado acima, a opção por um dos dois tipos de abordagem resultaria em explicações distintas para o fenômeno em questão. Uma pesquisa quantitativa que analisasse grande número de unidades (nesse caso a variação dos votos entre os diferentes grupos de eleitores) identificaria um padrão estatístico como o fator causal responsável pela vitória de Clinton. Um estudo de caso, por sua vez, analisaria um conjunto de fatores que contribuiu para o desfecho da eleição (as estratégias de Clinton, o desempenho da economia, a manipulação da opinião pública, etc.), mas a unidade é uma só, a campanha eleitoral.

Estudos de caso maximizam seu potencial ao focar em relações causais mais do que em aumentar o número de observações, como sugerem King, Keohane e Verba (1994), não se trata, portanto de incrementar a variação (evitando o problema de se ter muitas variáveis com poucos casos, típico da lógica frequentista), mas de identificar processos causais dentro da unidade analisada. Tal natureza dos estudos de caso comporta importantes considerações em relação a sua validade. Elas dizem respeito fundamentalmente à seleção do caso a ser estudado e às formas de acessá-lo.

Por se tratar da investigação de um único caso ou de casos múltiplos de maneira intensa, detalhada, que necessita de consistente fundamento teórico e análise de diversas fontes de evidências empíricas, é preciso preparar muito bem a condução do estudo de caso e empenhar habilidades prévias do pesquisador. Tal metodologia envolve a contínua interação entre as questões teóricas e os dados coletados e requer a aplicação de uma lógica de investigação criminal para a interpretação das evidências empíricas. Conforme explica Yin (2001), a coleta de dados para um estudo de caso não se trata meramente de registrar os dados mecanicamente, mas trata-se de verificar se as diversas fontes de informações compõem uma mesma mensagem e conduzem a uma conclusão coerente.

A analogia da pesquisa de estudo de caso com a lógica de investigação criminal é uma forma interessante de compreender a lógica desta metodologia. O detetive chega ao cenário de crime depois que o fato aconteceu e deve realizar inferências sobre as causas, os meios e os autores do crime a partir daquilo que encontra no local. As inferências, por sua vez, devem ser realizadas com base em indícios de diferentes naturezas que convergem para contar uma mesma história. Nesse sentido, as informações encontradas em cada fonte não devem se contradizer, pois quando se contradizem é sinal de que as hipóteses levantadas pelo detetive podem estar incorretas ou necessitam de maior aprofundamento para serem estabelecidos os devidos *links* entre as peças de informação encontradas e o seu significado. Por outro lado, quanto mais as diferentes evidências coletadas corroborarem uma suposição em relação ao fato investigado, mais confiável se torna a hipótese do detetive, pois consistirão em provas.

Essa ideia também é válida para a investigação científica. Para estabelecermos uma relação causal a partir de observações empíricas, devemos realizar inferências, visto que normalmente o cientista social não é capaz de apreender a realidade em sua totalidade e complexidade autênticas. O cientista não se encontra no local do ocorrido no momento em que o fato acontece de forma a poder observar precisamente a causa do fenômeno de interesse. Contudo é chamado a desvendar as motivações de um evento depois que ele aconteceu. Dessa forma, as causas de um fenômeno em si não são observáveis diretamente pelo pesquisador, mas sim as evidências de que determinados fatores podem ter desencadeado certo resultado.

Conforme vimos, o estudo de caso não necessariamente abre mão de métodos quantitativos e é, inclusive, aconselhável que diferentes estratégias de coleta de dados sejam empregadas para o levantamento de evidências empíricas, pois quando as diferentes informações convergem para uma mesma evidência a confiabilidade

das inferências são mais fortes. A abordagem de estudo de caso pode aplicar métodos de coleta de dados de diferentes naturezas e possibilita a construção de inferências válidas desde que os elementos teóricos e metodológicos sejam devidamente arquitetados, assim como ocorre em outras abordagens de pesquisa.

As fontes de coleta de evidências e os métodos empregados podem ser dos mais diversos em um estudo de caso, o que consiste em um ponto fonte dessa abordagem metodológica quando comparada a outras metodologias. O estudo de caso inerentemente lida com ampla variedade de fontes de evidências, sendo vantajoso o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação. Nas palavras de Yin (2001: 121) isso significa que: “qualquer descoberta ou conclusão em um estudo de caso será muito mais convincente e acurada se se basear em várias fontes distintas de informação, obedecendo a um estilo corroborativo de pesquisa”. Este mesmo autor descreve seis fontes principais de obtenção de informações para o estudo de caso: a documentação, os registros em arquivos, entrevistas, observações diretas, observação participante e artefatos físicos. Cada fonte possui vantagens e desvantagens em termos da qualidade dos dados fornecidos, mas o ideal é realizar a triangulação de métodos e fontes: combinar diferentes tipos de fontes e de métodos de análise para a obtenção de evidências que apontam para conclusões coerentes.

O uso das variadas fontes requer habilidades e procedimentos metodológicos diferentes, mas todas elas devem servir determinados princípios cruciais para a realização de inferências (Yin 2001). Em primeiro lugar, é necessário que o investigador obtenha informações de várias fontes de evidências, mas tais informações devem convergir em direção ao mesmo conjunto de fatos ou descobertas. Ou seja, os dados provenientes de fontes independentes entre si e obtidos a partir de diversificados métodos devem contar a mesma história, corroborando a hipótese defendida, e não se contradizer. Em segundo lugar, é importante que o pesquisador construa um banco de dados para o estudo de caso, que consiste em uma reunião formal das distintas evidências encontradas referentes às diversas dimensões do caso em estudo. O banco de dados deve permitir que a consulta por parte de outros investigadores leve à replicação da pesquisa e às mesmas conclusões. Em terceiro lugar, a análise dos dados deve proporcionar um encadeamento das evidências. Dito de outra forma, o pesquisador deve ser capaz de realizar ligações explícitas e coerentes entre o problema de pesquisa, os dados coletados e as conclusões às quais chegou. O cumprimento desses três princípios é essencial para proporcionar validade e confiabilidade ao estudo de caso.

A observação destes procedimentos é importante não apenas para que o estudo de caso produza inferências causais capazes de explicar o fenômeno de interesse e de garantir validade interna, mas também para que ele possa aumentar seu potencial de estender suas conclusões para além do caso abordado.

De todos os questionamentos feitos à abordagem do estudo de caso, aquela que possui maior impacto e que tem contribuído para relegar este tipo de desenho de pesquisa a uma posição secundária nas Ciências Sociais refere-se a sua baixa validade externa. O conceito se refere à capacidade que um estudo possui de generalizar seus achados para uma população maior, além dos casos que compõem a amostra.

Com efeito, é forçoso reconhecer que o estudo de caso, tal como definido aqui enquanto uma análise intensa de uma unidade de um fenômeno encontra sérios obstáculos no que diz respeito à extensão de sua aplicação a outros casos. O problema encontra-se em definir o quão representativo é o caso estudado em relação ao conjunto de casos que ele integra. É possível comparar o contexto, os atores, os fatores causais e as dinâmicas observadas em uma única unidade de análise àqueles verificados em outras unidades do mesmo fenômeno? Em caso afirmativo, em que termos estes se assemelhariam a ponto de garantir a comparabilidade?

Como fica evidente, a transposição das explicações do nível do caso para a população geral de casos não é simples e depende muito da qualidade das estratégias do pesquisador. O maior obstáculo para isso diz respeito, em primeiro lugar, à própria natureza da abordagem de estudo de caso. Por mergulharem com grande profundidade na unidade analisada, os estudos de caso tendem a incorporar muitos detalhes que podem ser características muito específicas de seu caso. Isso dificultaria a sua extensão a outras unidades, uma vez que, tendencialmente, quanto mais especificidades uma análise engloba, menores seriam as chances de existência de fenômenos análogos capazes de serem explicados pelos achados referentes a um só caso.

Outro entrave à generalização diz respeito à própria orientação para o caso do desenho de pesquisa (*case oriented design*). Neste tipo de enquadramento, o pesquisador toma como ponto de partida o diagnóstico do caso abordado, isto é, parte, muitas vezes, de uma constatação empírica, para então buscar possíveis explicações teóricas. Assim sendo, a construção de inferências causais é fortemente influenciada por elementos específicos do caso abordado, gerando uma série de requisitos para que elas possam “viajar” para outros casos análogos.

Alguns autores, entretanto, têm apontado que, em princípio, o estudo de caso pode ser capaz de produzir generalizações, ainda que não nos moldes de estudos *large-N* e *cross-case*. A diferença reside no tipo de generalização em questão. Como argumentado anteriormente, comprovar a comparabilidade de um caso em relação a uma classe de outros casos similares depende dos parâmetros segundo os quais a seleção de casos é realizada. O autor tem que se certificar de que os casos (ou o

caso) abordados não contêm características que sejam únicas ou que não guardem nenhuma equivalência com o conjunto maior de casos que se enquadram no mesmo fenômeno. É necessário levar em consideração a relação que o caso estabelece com uma categoria mais ampla de casos.

Outra possibilidade envolve uma concepção diferente de generalização, que não diz respeito aos casos propriamente ditos. O conceito de generalização estatística, que se baseia na ideia de que as inferências produzidas para uma amostra são válidas para a população como um todo, pressupõe que as unidades amostradas incluídas na análise compartilham de certo grau de homogeneidade e que sua seleção ocorreu de maneira aleatória, onde cada unidade possui chances iguais de ser selecionada. Como dito anteriormente, esta não é a situação dos estudos de caso, nos quais a escolha da unidade investigada é proposital e justificada em função do próprio desenho de pesquisa e do conhecimento teórico que se tem acerca do fenômeno. Há, contudo, outro tipo de generalização que se adequa às particularidades do estudo de caso: a generalização teórica. Essa possibilidade é definida da seguinte forma por Yin (2001) ao comparar os estudos de caso aos experimentos:

Uma resposta muito breve é que os estudos de caso, da mesma forma que os experimentos, são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações ou universos. Nesse sentido, o estudo de caso, como o experimento, não representa uma “amostragem”, e o objetivo do pesquisador é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística) (Yin 2001:29).

A generalização analítica consiste em extrair do caso estudado elementos que permitam ampliar, relativizar e mesmo refutar ou negar um conjunto de construtos teóricos que sejam tipicamente mobilizados para explicar determinado fenômeno. O estudo de caso, ao realizar uma análise profunda da unidade pesquisada, pode levar à identificação de padrões de causalidade e de relação entre variáveis que ainda não tenham sido identificados ou compreendidos pela teoria vigente. Nestas circunstâncias, o pesquisador pode conectar o saber já acumulado sobre o fenômeno em questão, dando contribuições teóricas para aumentar o conhecimento e incluir novas possibilidades explicativas ao fenômeno mais abrangente a partir dos achados de um estudo de caso.

O estudo “Porque falham as reformas administrativas”, de autoria de Flávio Cunha Rezende (2004) é um bom exemplo de como um estudo de caso pode produzir generalizações analíticas. O autor explica o fracasso da reforma administrativa brasileira de 1995 apontando fatores causais que não haviam sido explorados pela literatura até então. Ao debruçar-se sobre o caso brasileiro, Rezende (2004) identifica a causa da falha da reforma de 1995, devido à incapacidade de conciliar seus

dois principais imperativos: o ajuste fiscal e a reforma institucional da burocracia. Os dados analisados pelo autor demonstram que a incapacidade de equacionar a resistência dos autores-chave no processo reformador entre estas duas dimensões foi responsável por impedir que os objetivos da reforma se concretizassem. A partir desta constatação, ele afirma a possibilidade de identificar este mesmo tipo de conflito em outros casos de reformas administrativas malsucedidas presentes na literatura.

No que se refere, portanto, à validade externa e à possibilidade de generalização, os estudos de caso constituem um poderoso mecanismo de produção de generalizações analíticas, sendo uma ótima ferramenta para a teorização. Nesta perspectiva, realizam uma importante contribuição, não apenas para a formulação de novas hipóteses para fenômenos já conhecidos e para o teste de teorias consolidadas, mas também para a construção de novas explicações teóricas e novos paradigmas analíticos. Ao possibilitarem a apreensão de mecanismos causais, reconstituírem processos e detalharem as variáveis em seus contextos, os estudos de caso podem revelar fatores intervenientes, variáveis omissas e possibilidades alternativas de causalidade, que outros tipos de desenho não detectam. Parece razoável, portanto, a recomendação de Yin (2001) para que os autores de estudo de caso tenham sempre como meta a produção deste tipo de generalização, dada a grande dificuldade em produzir generalizações estatísticas com este tipo de desenho de pesquisa.

8 - CONCLUSÕES

O presente artigo buscou elaborar as principais características dos estudos de caso, tendo como ponto de partida a constatação do aparente paradoxo metodológico que existe no campo da Ciência Política, de acordo com o qual os estudos de caso respondem por parte considerável da produção na área e, no entanto, são vistos como uma contribuição menor por parte do *mainstream*. Desta forma, o esforço aqui empreendido centrou-se na identificação das potencialidades dos estudos de caso e na delimitação de sua validade específica dentro da disciplina.

Seguindo as proposições de Gerring (2004), definimos o estudo de caso como uma análise intensiva de um fenômeno que se concentra em apenas uma (ou reduzido número de) unidade (s). O estudo de caso se distingue, portanto, dos demais desenhos de pesquisa, por buscar compreender um fenômeno mais amplo a partir de intensas evidências obtidas de um ou poucos casos.

Conforme demonstramos, a lógica sob a qual se apoiam os estudos de caso é diferente da lógica hegemônica da Ciência Política contemporânea, centrada em modelos formais e quantitativos. Argumentamos que a abordagem de estudo

de caso é mais bem adaptada para perguntas de pesquisa com foco em processos causais (*causes of effects*), que buscam compreender os fatores responsáveis por determinar o fenômeno estudado. Assim, baseiam-se em métodos que permitem acessar com profundidade as relações de causalidades contidas na unidade observada. Isso os torna ferramentas aptas a produzir generalizações analíticas, construir novas hipóteses e explorar relações de causalidade de maneira exaustiva e profunda.

O percurso argumentativo aqui compreendido permite, portanto, algumas considerações quanto ao emprego desse tipo de estratégia investigativa. Em primeiro lugar, estudos de caso são adequados para estudos exploratórios de fenômenos ou variáveis ainda não abordadas pela literatura e sobre os quais há pouca informação disponível. Nessa perspectiva possibilitam análises descritivas bem fundamentadas e profundas e permitem uma importante abertura para análises futuras sobre o fenômeno em questão.

Em segundo lugar, estudos de caso são indicados para análises em que se busca aprofundar a compreensão de uma relação causal já verificada pela literatura, mas cujo mecanismo ainda não está claro. Estudos do tipo *large-N* e comparativos podem concluir, por exemplo, que há uma relação positiva entre nível dos indicadores socioeconômicos e nível da qualidade democrática dos países. No entanto, não são capazes de explicar exaustivamente o por que desta relação e como ela acontece. Tal lacuna é preenchida com maior eficiência por estudos de caso.

Em terceiro lugar, estudos de caso permitem a compreensão de casos particulares ou exemplares de um fenômeno, cuja singularidade não é tão bem equacionada em modelos de covariação. Nesse caso, os estudos de caso são capazes de identificar fatores causais específicos ou desconhecidos pela literatura, contribuindo para o refinamento de hipóteses e inferências causais. Por fim, estudos de caso são compatíveis com uma ampla gama de métodos de análise empírica, possibilitando uso tanto de perspectivas qualitativas como quantitativas, uma vez que se apoiam na variação dos dados dentro da unidade, oferecendo possibilidades bastante ricas ao pesquisador. Ademais, são compatíveis com a mais variada gama de abordagens teóricas (Gerring 2004).

Por fim, longe de advogar a adoção dos estudos de caso *em detrimento* de outros tipos de desenho de pesquisa, o que buscamos argumentar aqui é que este tipo de enquadramento tem seu papel fundamental e complementar aos demais na pesquisa científica. Especificamente no campo da Ciência Política, os estudos de caso têm possibilitado contribuições teóricas e metodológicas importantes, que fundamentam boa parte do conhecimento acumulado atualmente. A escolha deste tipo de enquadramento deve, portanto, levar em consideração suas potencialidades e os *trade-offs* envolvidos ao se abdicar de outros desenhos de pesquisa (Gerring

2004). Assim, o caminho que se coloca aos estudiosos é o de compreender as vantagens e os limites dos diferentes desenhos de pesquisa a depender da pergunta de investigação e dos objetivos do pesquisador. A partir daí, é possível optar pela estratégia mais adequada no que se refere à realização de inferências válidas e assertivas, capazes de responder aos recorrentes questionamentos de cientistas sociais e contribuir a mais ampla compreensão dos fenômenos pelos quais eles se interessam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLISON, Graham T. 1971. *Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crises*. Boston, MA. Little, Brown and Company.
- BRADY, Henry E.; COLLIER, David. 2004. *Rethinking social inquiry: diverse tools, shared standards*. New York. Rowman & Littlefield.
- CAMPBELL, Donald.; STANLEY, Julian. 1966. *Experimental and Quasi-Experimental Designs for Research*. Chicago. Rand McNally.
- DAHL, Robert. 1961. *Who Governs? Democracy and Power in an American City*. Yale University Press. 384 p.
- DE VAUS, David. 2001. What is a research design. In: _____ (Ed.). *Research Design in Social Research*. Thousand Oaks, CA: Sage, p. 1-32.
- GERRING, John. 2004. What is a case study and what it is good for?, *American Political Science Review*, v. 98, n. 2: 341-354.
- GERRING, John. 2007. *Case study research*. New York: Cambridge University Press.
- GERRING, John. 2009. The Case Study: what it is and what it does. In: BOIX, Charles; STOKES, Susan C. *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Oxford. Oxford University Press.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. 1994. *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton. Princeton University Press, 259 p.
- KIRK, Jerome; MILLER, Marc L. 1986. *Reliability and validity in qualitative research*. Beverly Hills. Sage, 87 p.
- LEVY, Jack, S. 2008. Case Studies: Types, Designs and Logics of Inference. *Conflict Management and Peace Science*, 25:1-18.
- LIEBERSON, Stanley. 1992. Small N's and big conclusions: an examination of the reasoning in comparative studies based on a small number of cases. In: RAGIN, Charles; BECKER, Howard. *What is a case? Exploring the Foundations of Social Inquiry*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 105-118.
- MAHONEY, James. 2010. After KKV: The New Methodology of Qualitative Research. *World Politics*, v. 62, n^o 1: p 120-147.
- RAGIN, Charles. 1987. Case-Oriented Comparative Methods. In: _____. *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Berkeley: University of California Press, p. 34-68.
- RAGIN, Charles. 2004. Turning the Tables: How Case-Oriented Research Challenges Variable-Oriented Research. In: BRADY, Henry E.; COLLIER, David. *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards*. Rowman

and Littlefield.

- REILLY, Benjamin. 2001. *Democracy in Divided Societies: Electoral Engineering for Conflict Management*. Cambridge. Cambridge University Press.
- REZENDE, Flávio da Cunha. 2004. *Porque Falham as Reformas Administrativas*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas.
- REZENDE, Flávio. 2011. Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.6: 297-337.
- SEAWRIGHT, Jason; GERRING, John. 2008. Case Selection Techniques in Case Study Research: A Menu of Qualitative and Quantitative Options. *Political Research Quarterly*. 61: 294-308.
- THOMPSON, E. P. 1963. *The Making of the English Working Class*. New York: Vintage Books.
- YIN, Robert K. 2001. *Estudo de Caso - Planejamento e Métodos*. Ed. Bookman.